

Comissão presta solidariedade a militante de direitos humanos

23.07.2008

Comissão de Defesa da Cidadania da Assembléia Legislativa, presidida pela deputada Terezinha Nunes, divulgou nota expressando sua solidariedade ao militante dos direitos humanos Roberto Monte, que responde a inquérito policial militar, sob acusação de ter cometido crime de opinião. O colegiado considera a medida um equívoco e pede mudanças no Código Penal Militar Brasileiro, que é de 1969.

Segue nota na íntegra.

NOTA OFICIAL DA COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA DA ALEPE

A Comissão de Defesa da Cidadania da Assembléia Legislativa expressa sua solidariedade ao militante dos direitos humanos Roberto Monte, que, por iniciativa do Ministério Público Militar, responde a IPM por suposto crime de opinião, coisa completamente descabida em um estado democrático e de direito, como o que se observa no Brasil.

Roberto Monte está sendo acusado de, durante palestra feita na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ter afirmado que os militares precisam se preocupar mais com os direitos humanos e de ter citado exemplos de militares que tiveram essa preocupação como Duque de Caxias, Marechal Rondon, Marighela, Gregório Bezerra e Luís Carlos Prestes.

Além de ser civil, Roberto Monte fez suas declarações em ambiente civil, não podendo, como propõe o IPM, ser enquadrado no Código Penal Militar Brasileiro que deve se limitar a punir os que transgridem suas normas, ou por serem militares, ou por usarem áreas militares, o que não foi o caso.

A Comissão entende que o enquadramento de Roberto Monte é um equívoco que precisa ser imediatamente corrigido e espera que o Código Penal Militar Brasileiro passe por uma revisão uma vez que foi criado em 1969, durante o Regime Militar, estando, portanto, defasado nos seus propósitos e prerrogativas.

Recife, 23 de julho de 2008

Deputada Terezinha Nunes – presidente
Deputado Luciano Moura – vice-presidente



www.dhnet.org.br